

CARTA DO COMANDO LOCAL DE GREVE DOS DOCENTES DA UFAM À COMUNIDADE ACADÊMICA

Representados pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), os docentes da Ufam que construíram uma greve de 117 dias, apresentam as circunstâncias que levaram à saída unificada da greve nacional.

Deflagrada em Assembleia Geral realizada no dia 09 de junho de 2015, a greve na Ufam deve ser entendida como resposta ao processo de extrema precarização das condições de trabalho e desvalorização da carreira docente, inclusive com forte defasagem salarial, observado não apenas no Amazonas, mas em todo o país. Um cenário de precarização que, já agravado pela expansão desordenada e irresponsável da rede federal do ensino promovida pelo governo nos últimos anos, evidenciado, por exemplo, nas inúmeras obras inacabadas, na falta crônica de professores e na restrição de financiamentos institucionais, foi agudizado pelo anúncio, mais uma vez irresponsável, de cortes no orçamento destinado à Educação, medidas restritivas que comprometem o futuro das Universidades Públicas em todo o país.

A pauta de reivindicações apresentada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN ao governo reafirmou as reivindicações históricas da categoria: **defesa do caráter público das instituições federais de ensino; melhoria nas condições de trabalho; garantia de Autonomia Universitária; reestruturação da carreira; valorização salarial e paridade entre ativos e aposentados.**

Os docentes da Ufam, mobilizados com docentes de outras 50 Instituições Federais de Ensino, estiveram unidos na luta em defesa do caráter público da educação, se contrapondo e denunciando o projeto de privatização e mercantilização do ensino superior no país.

Como em outras greves, foi marcante, no contexto nacional, a intransigência do governo federal, seja através do Ministério da Educação, seja através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que sistematicamente se negaram à negociação com a categoria. Somente após marchas, manifestações e ocupações dos ministérios, o governo se dispôs a receber o CNG do ANDES-SN.

Se no contexto nacional a resposta mais concreta veio na truculência e desrespeito da forte repressão policial, inclusive com *spray* de pimenta e cassetadas, no contexto local a resposta foi dada por parte daqueles que, contrapondo-se à greve, procuraram desqualificar a ADUA como legítima representante do movimento docente e desacreditar o movimento estudantil livre. No contexto local, as oposições à greve foram, inegavelmente, estimuladas pela Administração Superior, seja pela defesa débil da própria Ufam, agredida em sua Autonomia Universitária, seja por permitir que

interesses individuais se sobrepujassem aos interesses institucionais coletivos, produzindo o caos institucional decorrente da simultaneidade de dois calendários acadêmicos (2015/1 e 2015/2).

No contexto nacional ficou claro que as reivindicações do movimento docente se contrapõem ao projeto privatista de educação defendido pelo governo, baseado na transferência de recursos públicos para o ensino privado, na adoção de parceria público-privada como forma de financiamento das IFE e na execução de cortes no orçamento da educação pública.

No contexto local da Ufam, a greve explicitou a existência de dois projetos antagônicos de Universidade: uma Universidade Pública, mantida sob a responsabilidade do Estado, defendido pelo movimento docente; e uma outra universidade, gerida sob a lógica do capital privado, orientada por concepções privatistas, postas a serviço da competitividade produtivista e excludente, que atende aos interesses de indivíduos que se opuseram à greve, amparados por práticas antidemocráticas adotadas pela Administração Superior.

Os duros e sucessivos ataques perpetrados pelos últimos governos contra os serviços públicos e os direitos sociais e trabalhistas tendem a se intensificar. Ao mesmo tempo em que o governo cortou, em 2015, mais de 12 bilhões de reais da educação pública, manteve e ampliou o repasse de vultosos recursos públicos para as empresas educacionais privadas. A arrogância com que o governo tratou a greve dos servidores públicos federais, e particularmente dos docentes federais, mostra o seu descaso com os serviços públicos, especialmente com as IFE. É evidente que o governo seguirá implementando uma política econômica contra os interesses da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a greve nacional dos docentes de 2015 foi um importante instrumento para expor e impedir o avanço da destruição de um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira – as Instituições Federais de Ensino –, enquanto a greve na Ufam demonstrou a necessidade urgente de defendermos, todos juntos, a continuidade de uma universidade pública, socialmente referenciada e, especialmente, livre, sem que esteja submetida a imposições externas, capaz de, no exercício de sua Autonomia Universitária resgatada, voltar a orientar os seus destinos a partir de um efetivo compromisso social com os interesses e anseios da população amazonense.

É nesse contexto de intransigência e negação ao diálogo democrático que a não assinatura de acordo sob as condições impostas pelo governo federal, que não atende minimamente as reivindicações do movimento docente, impõe como urgente a permanente mobilização em defesa da Universidade Pública.

Por isso, a ADUA reafirma o seu propósito de seguir firme na defesa de bandeiras históricas, conclamando a todas e todos a se incorporarem a essa luta que não é só dos docentes da Ufam, mas de todos aqueles que desejam um país mais justo e igualitário e uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

Manaus, 16 de outubro de 2015.

COMANDO LOCAL DE GREVE – CLG/ADUA